

Boletim Conjuntural Semana 10/2026 – 05 de março de 2026

ÍNDICE

MEL	2
LEITE.....	4
PEIXES.....	4
SUÍNOS	4
ABÓBORA.....	5
TRIGO	6
MILHO	7

Prezados leitores, o boletim desta semana contempla diversos indicadores do agronegócio paranaense: exportações, importações, produção, disponibilidade interna, preços, plantio, colheita, abrangência em diversas culturas.

Na apicultura, o Paraná assume a liderança nacional nas exportações de mel neste início de ano. O setor vive um momento de alívio e retomada operacional após a derrubada das tarifas de 50%, embora o mercado permaneça atento às novas sobretaxas globais impostas pela administração do governo dos Estados Unidos.

No segmento de proteína animal, a suinocultura brasileira encerrou 2025 com marcas históricas, atingindo recordes de produção, exportação e disponibilidade interna, com perspectivas de continuidade

desse crescimento em 2026. Em contrapartida, o setor lácteo paranaense enfrenta um período de retração nos preços recebidos pelo produtor, refletindo as oscilações no mercado de derivados. Na pesca, o destaque é o fim do período de defeso no estado, normalizando a atividade para espécies nativas.

Na agricultura, a primeira safra de milho avança com produtividades satisfatórias e expansão de área, especialmente no Sudoeste, enquanto o plantio da segunda safra ganha ritmo no Norte. No setor de grãos de inverno, o trigo paranaense redefine seu papel estratégico: apesar da perda da liderança produtiva para o Rio Grande do Sul, o Paraná consolida seu protagonismo industrial com um parque moageiro robusto e recordes na importação de trigo para suprir a demanda interna.

Por fim, a análise da horticultura revela a relevância da abóbora na economia estadual, com o Valor Bruto da Produção superando os R\$ 100 milhões em 2025, evidenciando a capilaridade da cultura nos municípios paranaenses, apesar das flutuações sazonais de preços no atacado.

Boa leitura!

Boletim Conjuntural Semana 10/2026 – 05 de março de 2026

MEL

Méd. Veterinário Roberto Carlos Andrade e Silva

No ranking das exportações de mel natural, o estado do Paraná ocupou a primeira posição no primeiro mês de 2026, com uma receita cambial de US\$ 1,608 milhões, exportando 448 toneladas, a um preço médio de US\$ 3.589,42 por quilograma.

No mesmo mês do ano anterior, o estado exportou 596 toneladas, gerando uma receita de US\$ 1,984 milhão, a um preço médio de US\$ 3.329,13 por quilo. Em relação a igual mês de 2025, apenas o preço médio da tonelada de mel teve alta (+ 7,8%), registrando-se queda tanto no volume exportado (-24,8%), quanto no faturamento (-19%).

Já em termos de Brasil, no primeiro mês de 2026, as empresas brasileiras exportaram 1.331 toneladas de mel “in natura”, gerando uma receita de US\$ 4,739 milhões, a um preço médio de US\$ 3.560,70 por tonelada, de acordo com dados do Agrostat Brasil. Esse volume representou uma baixa de 50,4% em relação ao mesmo mês de 2025, quando foram exportadas 2.685 toneladas. O faturamento em dólares experimentou uma retração de 43,2% em comparação com o primeiro mês de 2025, que registrou US\$ 8,341 milhões em receita.

O preço médio nacional do mel no período foi de US\$ 3.560,70 por tonelada, representando uma alta de 14,6% em relação ao valor médio de US\$ 3.106,47 por tonelada, no mesmo mês do ano anterior.

Minas Gerais surge na segunda posição, com US\$ 1,446 milhão em receita, exportando 410 toneladas, a um preço médio de US\$ 3,55 por quilo. No ano anterior, foram exportadas 786 toneladas, com receita de US\$ 2,434 milhão e preço médio de US\$ 3,10 por quilo.

Em terceiro lugar, Santa Catarina registrou uma receita de US\$ 538.005, exportando 153 toneladas a um preço médio de US\$ 3,52 por quilo. No ano anterior, o estado exportou 585 toneladas, gerando uma receita de US\$1,689 milhão a um preço médio de US\$ 2,89 por quilo. O estado do Piauí aparece em quarto lugar, com uma receita de US\$ 284.200, exportando 81 toneladas a um preço médio de US\$ 3,51 por quilo. No ano anterior, foram exportadas 80 toneladas, gerando uma receita de US\$ 234.465 a um preço médio de US\$ 2,93 por quilo. Visando atingir os cinco maiores estados exportadores, eis que surge em quinto lugar o estado da Bahia, com uma receita de US\$ 245.004, exportando 69 toneladas a um preço médio de US\$ 3,55 por quilo. No ano anterior, foram exportadas 192 toneladas, gerando uma receita de US\$ 549.442 a um preço médio de US\$ 2,86 por quilo.

Os Estados Unidos da América adentram o ano de 2026 continuando a ser principal destino do mel brasileiro, apesar do tarifaço do governo Donald Trump (50%). No primeiro mês de 2026, os EUA receberam 56,1% de todo o volume exportado, com uma receita de US\$ 2,633 milhões e um preço médio

Boletim Conjuntural Semana 10/2026 – 05 de março de 2026

de US\$ 3,52 por quilo (representando uma majoração de 13,3% sobre igual mês do ano anterior). No ano anterior, foram importadas 2.289 toneladas, gerando uma receita de US\$ 7,124 milhões a um preço médio de US\$ 3,11 por quilo.

Junto com os EUA, os outros três principais destinos importadores do mel brasileiro incluem o Canadá, com US\$ 1,201 milhão em receita e 344 toneladas importadas; a Alemanha, com US\$ 479.354 em receita e 123 toneladas importadas; e as Filipinas, com US\$ 417.006 em receita e 116 toneladas importadas.

Sobre os efeitos do tarifaço de 50% sobre a apicultura, no dia 9 de julho de 2025, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciou a imposição de uma tarifa de 50% sobre inúmeros produtos provenientes do Brasil, a vigorar a partir de 6 de agosto, fato que atingiu em cheio fortemente a apicultura, na medida em que os EUA é grande importador de mel.

Em novembro, os EUA anunciaram a retirada da tarifa de 50% de diversos produtos brasileiros, porém o café solúvel, a uva, o mel e os pescados continuaram sendo taxados em 50% nos Estados Unidos da América.

Vale lembrar que, a primeira medida, no dia 14/11, retirou a tarifa recíproca de 10%, imposta em abril, para cerca de 200 produtos alimentícios de diversos países. A segunda, no dia 20/11, foi direcionada ao Brasil, e suspendeu a sobretaxa de 40%, anunciada em julho, para mais de 200 produtos, que foram acrescentados

à lista anterior de quase 700 exceções ao tarifaço.

Para felicidade dos apicultores, os entrepostos de mel e suas máquinas de processamento da produção já puderam reiniciar seu funcionamento, após meses de paralisação, e inúmeras incertezas.

A retomada aconteceu no dia 20/2, após a decisão da Suprema Corte dos Estados Unidos que derrubou o tarifaço de 50%, as chamadas tarifas recíprocas do presidente Donald Trump, com base em legislação de emergência nacional.

Em resposta à Suprema Corte, Donald Trump resistiu e anunciou uma nova tarifa global de 10% e, no dia 21/2, aumentando a alíquota para 15%. Segundo especialistas em comércio exterior, o resultado final é uma sobretaxa de 15% sobre produtos brasileiros.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), uma das principais mudanças do novo regime tarifário dos Estados Unidos é a exclusão das aeronaves da incidência das novas tarifas, cujo produto passa a ter alíquota zero, contra tributação anterior de 10%. Além das aeronaves, avalia-se que o novo regime amplia a competitividade de diversos segmentos industriais brasileiros no mercado norte-americano, dentre os quais serão beneficiados os setores: máquinas e equipamentos; calçados; móveis; confecções; madeira; produtos químicos; e, rochas ornamentais.

Boletim Conjuntural Semana 10/2026 – 05 de março de 2026

Esses produtos deixam de enfrentar tarifas de até 50% e passam a competir sob alíquota isonômica (igual para todos os países) de 10%, ou eventualmente 15%. No setor agropecuário, pescados, mel, uva, tabaco e café solúvel também saem da alíquota de 50% para a tarifa geral de 10% (ou eventuais 15%).

Ainda segundo o MDIC, em 2025, a corrente de comércio entre Brasil e Estados Unidos somou US\$ 82,8 bilhões, alta de 2,2% sobre 2024. As exportações brasileiras totalizaram US\$ 37,7 bilhões, enquanto as importações atingiram US\$ 45,1 bilhões, gerando deficit comercial de US\$ 7,5 bilhões para o Brasil.

LEITE

Méd. Veterinário Thiago De Marchi da Silva

O preço recebido pelo produtor de leite encerrou fevereiro com mais uma queda, cotado a R\$ 2,11 por litro, em média, no estado do Paraná. Atualmente, segundo a última pesquisa semanal de preços recebidos elaborada pelo Deral, a situação é muito parecida: Entre 23/02 e 27/02, cada litro posto na indústria foi adquirido por 2,13.

No atacado os preços dos derivados variaram. O queijo minas ficou quase 4% mais barato em fevereiro, enquanto o queijo muçarela subiu 0,66%. Os dois produtos acumulam queda (de 20,09% e 12,68%, respectivamente) nos últimos 12 meses.

PEIXES

Adm. Edmar Wardensk Gervasio

No último dia 28 de fevereiro, encerrou-se, no Estado do Paraná, o período de defeso (Piracema). Nesse período, há restrição à pesca de espécies nativas. Já para as espécies exóticas, aquelas introduzidas pelo homem e que não são nativas do ambiente em que se encontram, como a tilápia e a carpa, a pesca é permitida.

SUÍNOS

Méd. Veterinária Priscila Cavalheiro Marcenovicz

O desempenho da suinocultura brasileira em 2025 foi marcado pelo estabelecimento de novos recordes na atividade. O Brasil alcançou os maiores volumes já contabilizados de produção, exportação, importação e disponibilidade interna de carne suína, considerando a série histórica iniciada em 1997, conforme os primeiros resultados da Pesquisa Trimestral do Abate de Animais do IBGE e dados do Agrostat/Mapa.

Em 2025, a produção totalizou 5,598 milhões de toneladas (t) de carne suína, representando um crescimento de 4,5% (239,14 mil t) frente a 2024, ano que detinha o recorde anterior. Esse volume foi obtido a partir do abate recorde de 60,15 milhões de cabeças de suínos, um acréscimo de 3,4% (1,97 milhão de animais) em relação ao ano

Boletim Conjuntural Semana 10/2026 – 05 de março de 2026

anterior, quando havia sido registrado o maior número de suínos abatidos.

Desse montante, cerca de 1,471 milhão de t foram destinadas ao mercado externo, o equivalente a 26,3% da produção nacional. As exportações cresceram 12,7% (163,19 mil t) em comparação com 2024, que até então detinha o recorde histórico, estabelecendo, assim, um novo patamar para o setor em 2025.

No período, também foi observado o maior volume de importação de carne suína já registrado, somando 22,853 mil t – o equivalente a 0,4% da produção nacional. O resultado representa aumento de 18,3% (3,54 mil t) em relação ao ano anterior e supera em 1,1% (253 t) o recorde anterior, alcançado em 2022. Do volume importado, 95,2% corresponderam a miudezas; 4,5% a carne suína in natura; e 0,3% a carne suína industrializada.

A disponibilidade interna atingiu 4,150 milhões de t, o maior volume da série histórica. Houve aumento de 2,0% (79,49 mil t) em comparação com 2024 e de 0,9% (35,44 mil t) em relação ao recorde anterior, obtido em 2023.

As perspectivas para 2026 indicam a possibilidade de novos recordes, especialmente na produção e na exportação de carne suína, mantendo a trajetória de crescimento do setor.

ABÓBORA

Eng. Agrônomo Paulo Andrade

No Censo Agropecuário/2017 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE levantou os dados nacionais - hoje caducos - da produção de Abóbora, Moranga e Jerimum (nomenclatura do Instituto), onde indicaram que a atividade rendeu um Valor Bruto da Produção (VBP) de R\$ 366,0 milhões para uma colheita de 417,8 mil toneladas (t) em uma área de 78,7 mil hectares (ha) distribuídos em 273,5 mil estabelecimentos rurais.

A cultura está pulverizada nas 27 unidades da federação, responsáveis por 44,4% do VBP da atividade, sendo pela ordem de importância Minas Gerais (17,6%), Rio Grande do Sul (13,7%) e Bahia (13,1%) os principais produtores. O Paraná figurou à época como o oitavo no ranqueamento nacional e participou com 4,1% do VBP do país, com 13,0 mil estabelecimentos rurais extraíndo 16,9 mil t gerando receitas brutas de R\$ 14,9 milhões.

Na perspectiva estadual em 2025 as informações coletadas por este Departamento demonstram que a Abóbora esteve presente em 330 municípios do estado dos 399 totais e movimentou um VBP de R\$ 106,5 milhões, para um volume de 50,7 mil t colhidas em 2,8 mil ha.

Boletim Conjuntural Semana 10/2026 – 05 de março de 2026

Os três principais Núcleos Regionais (NR) onde a cultura está presente respondem por 56,0% das quantias colhidas e do VBP, o NR Curitiba lidera participando com 33,9% destes indicadores, secundado por Jacarezinho com 12,6% e União da Vitória 9,5%.

No município de Guapirama/NR Jacarezinho, os cultivos em 150 ha proporcionaram uma colheita de 3,0 mil t e R\$ 6,3 milhões de VBP, representando 5,3% da área e 5,9% dos volumes e da renda bruta. Tijucas do Sul e Araucária, ambos no NR Curitiba, em seguida participam com 5,6% e 3,9% dos volumes e VBP respectivamente, somando-se aos demais 327 municípios que em graus decrescentes que atuam com a cultura.

Desafortunadamente este DERAL não coleta sistematicamente os preços recebidos pelos agricultores e os praticados no varejo desta curcubitácea, assim a referência disponível é a CEASA'S/PR - Centrais de Abastecimento do Paraná, que no atacado do entreposto Curitiba tem no quilograma (kg) da Abóbora Seca nesta semana corrente uma cotação de R\$ 2,50, a mesma da semana anterior e 16,7% abaixo do mesmo período de fevereiro/26 quando o preço se estabeleceu em R\$ 3,00/kg e 25,0% acima dos R\$ 2,00/kg de março/25.

Tendo em vista uma família numerosa e heterogênea em termos de cultivares, a CEAGESP – Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo tem como principais variedades de Abóbora madura comercializadas em sua praça: Tetsukabuto (japonesa ou kabotiá), Xingó, Moranga, Mogango, Caravela, Menina, Paulistinha, Goianinha e Spaguetti Squash. No DERAL acompanhamos a Abóbora propriamente dita, a Kabotiá e a Moranga.

TRIGO

Eng. Agrônomo C. Hugo W. Godinho

Atualmente, o Paraná não detém mais o posto de maior produtor de trigo do Brasil, tendo sido superado pelo Rio Grande do Sul nos últimos anos. Esse movimento decorre, em grande parte, do avanço tecnológico da segunda safra (safrinha), que levou o milho a ocupar áreas anteriormente dedicadas ao trigo, especialmente no Norte e Oeste paranaenses. No Sul e Sudoeste do estado, essa possibilidade é mais restrita, tal qual ocorre no Rio Grande do Sul. Impossibilitados de cultivar uma segunda safra de milho devido às limitações climáticas, os gaúchos consolidaram o trigo como sua principal cultura de inverno, assumindo a liderança nacional.

Para a safra atual, a primeira projeção oficial da safra de inverno no Paraná será

Boletim Conjuntural Semana 10/2026 – 05 de março de 2026

divulgada no dia 26 de março, mas a expectativa é de uma nova redução na área plantada de trigo, ficando abaixo dos 824 mil hectares colhidos no ciclo anterior. Essa retração na área inviabiliza um volume de colheita superior às 2,85 milhões de toneladas obtidas em 2025, quando o clima foi bastante favorável. Em contrapartida, as estimativas iniciais para o Rio Grande do Sul apontam para uma área superior a 1 milhão de hectares, ainda que o estado também apresente uma tendência de redução em comparação ao ciclo passado.

Contudo, as quatro décadas de liderança produtiva (80,90,00 E 10) deixaram um robusto legado de industrialização no Paraná. Em meados da década de 2010, o estado assumiu o protagonismo na moagem nacional, superando a capacidade instalada do parque moageiro de São Paulo. Dados da Abitrigo revelam que o Paraná possui atualmente uma capacidade de moagem de 4 milhões de toneladas, tendo utilizado 87% desse potencial em 2024, índice significativamente superior à média nacional de (77%, das 13,2 milhões de toneladas). Diante dessa alta demanda industrial, o Paraná deve fortalecer seus laços comerciais no Mercosul. Já em 2025 as compras de trigo atingiram o recorde de 879 mil toneladas, com o volume adquirido sendo suprido

equitativamente por cargas de origem paraguaia e argentina.

MILHO

Adm. Edmar Wardensk Gervasio

A colheita da primeira safra de milho 2025/26 atingiu, nesta semana, 54% da área total estimada em 341 mil hectares. O avanço ocorre dentro da normalidade, com produtividades dentro do esperado e, em alguns casos, até superiores às projeções iniciais.

Neste ciclo, a área plantada é 21,5% maior em comparação com a safra anterior. O aumento mais expressivo ocorreu na região Sudoeste, que em 2024 plantou 48,8 mil hectares e, na safra atual, ampliou esse volume para 75,7 mil hectares, uma alta de 55,1%.

Já a principal região produtora de milho na primeira safra, a região Sul, registrou incremento de 17,2% na área cultivada, alcançando 208,4 mil hectares, o que corresponde a 61% de toda a área plantada no Estado.

O plantio da segunda safra de milho 2025/26, por sua vez, atingiu 62% da área estimada para o ciclo, de 2,86 milhões de hectares. Neste momento, os trabalhos concentram-se principalmente na região Norte do Estado, que historicamente realiza o plantio durante o mês de março.